

PROJETO DE LEI

4257/2016
, DE

DE 2016

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e altera a Lei 11.697, de 13 de junho de 2008.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam transformados, no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 10 (dez) cargos de Juiz de Direito em 8 (oito) cargos de Desembargador e em 1 (um) de Juiz de Direito Substituto do Segundo Grau.

Art. 2º O art. 4º da Lei 11.697, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Tribunal de Justiça, com sede na Capital Federal, compõem-se de 48 (quarenta e oito) desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios. (NR)

Art. 3º Esta Lei não implicará aumento de despesas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea *d*, da Constituição Federal, submete-se à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional o presente projeto de lei, que transforma 10 (dez) cargos de Juiz de Direito, vagos, em 8 (oito) cargos de Desembargador e em 1 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, aumentando de 40 (quarenta) para 48 (quarenta e oito) o número de desembargadores que compõem o Tribunal, pelos motivos adiante expostos.

Em primeiro plano, saliente-se que, em face da conjuntura econômica desfavorável, este Tribunal optou por uma proposição que não acarreta impacto orçamentário, qual seja, a transformação de cargos.

A alternativa ameniza as deficiências por que passa a Organização Judiciária do Distrito Federal e atende aos esforços voltados ao equilíbrio fiscal.

O crescimento populacional no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE, a elevada judicialização de litígios, os índices crescentes de recursos e a expressiva ampliação do primeiro grau de jurisdição resultaram em demanda considerável no segundo grau de jurisdição, especialmente na área cível.

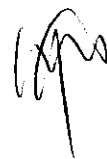
De 2011 a 2015, ingressaram 306.831 novos processos na Segunda Instância, dos quais 240.268, ou seja, 78,31% foram distribuídos para as 6 (seis) Turmas Cíveis hoje existentes.

É importante registrar que, em cumprimento ao compromisso de priorizar e fortalecer o Primeiro Grau de Jurisdição, nos últimos quatro anos o Tribunal criou 4 (quatro) novas circunscrições judiciárias (Águas Claras, Itapoã, Guará e Recanto das Emas) e instalou 29 (vinte e nove) Varas, com previsão de instalar outras 10 (dez) nos próximos meses.

Na esteira dessas ações, no mesmo período, o Tribunal deu posse a 89 (oitenta e nove) Juizes de Direito Substitutos, cuja produção processual igualmente reverte no aumento da atividade judiciária na Segunda Instância.

O Primeiro Grau de Jurisdição encontra-se satisfatoriamente estruturado, sobretudo com a instalação de novas Varas que serão feitas, de maneira que não será prejudicado com a transformação, e ainda remanescerá significativo número de cargos de Juiz de Direito e de Juiz de Direito Substituto para eventuais contingências.

Cabe enfatizar que a transformação não envolve nenhum aumento de despesa, ao contrário haverá economia anual de R\$ 276.971,56 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Como não haverá aumento de despesa, o Projeto dispensa



parecer prévio do Conselho Nacional de Justiça, conforme art. 98^[1], § 3º, da Lei 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO/2016).

O Projeto é primordial para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios continue distribuindo Justiça com qualidade e eficiência. Espera-se, assim, o apoio de Vossas Excelências para a aprovação.

Sala das sessões, de 2016.

^[1] **Art. 98.** Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

- I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;
- III - manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro; e
- IV - parecer ou comprovação de solicitação de parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do caput aos projetos de lei referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 3º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos militares das Forças Armadas.

